

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social

FRANKLIN RABELO DE MELO

JUNHO DE 2013:
BASE ECONÔMICA, SUJEITO SOCIAL E PROCESSO
POLÍTICO

Brasília, junho de 2014

FRANKLIN RABELO DE MELO

JUNHO DE 2013: BASE ECONÔMICA, SUJEITO SOCIAL E
PROCESSO POLÍTICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como pré-requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof^ª M^a Morena Gomes Marques.

Brasília, junho de 2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANKLIN RABELO DE MELO

JUNHO DE 2013:

**BASE ECONÔMICA, SUJEITO SOCIAL E PROCESSO
POLÍTICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como pré-requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof^a M^a Morena Gomes Marques Soares.

APROVADO:

Prof^a M^a Morena Gomes Marques Soares
(Orientadora)

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso
(Membro interno do SOL/UnB)

Prof^a Dr.^a Daniela Neves de Sousa
(Membro interno do SER/UnB)

MELO, Franklin Rabelo de.

Junho de 2013: base econômica, sujeito social e processo político. Pg. 51. 2014.

Orientadora: Prof.^a M^a Morena Gomes Marques Soares

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade de Brasília, Curso de Serviço Social, 2014.

1. Jornadas de Junho. 2. Capitalismo 3. “Precariado”. 4. Movimentos sociais. I. Marques, Morena. II. Universidade de Brasília. III. Junho de 2013: base econômica, sujeito social e processo político.

Para Maria, Fernando e Anna.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma leitura fundamentada no método crítico-dialético sobre as grandes manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013. Partimos de uma análise geral sobre o modelo econômico brasileiro, relacionando o sujeito social dos protestos ao ciclo econômico progressivo que se inicia no país a partir da primeira década do século XXI. Em seguida, procuramos demonstrar como a crise do consumo coletivo nas grandes cidades brasileiras condicionou a instabilidade política do país, durante e após as Jornadas de Junho.

Palavras-chave: Jornadas de Junho; Capitalismo; “Precariado”; Movimentos Sociais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: BASE ECONÔMICA.....	10
1.1 O modelo econômico.....	10
1.2 Sinais de esgotamento do ciclo dinâmico.....	17
CAPÍTULO II: SUJEITO SOCIAL.....	22
2.1 Uma rebelião da “classe média”?.....	22
2.2 Proletariado, trabalhadores e capitalismo.....	23
2.3 O “precariado” entra em cena.....	28
CAPÍTULO III: PROCESSO POLÍTICO.....	35
3.1 Tiros, bombas e vinagre.....	35
3.2 Uma nova correlação de forças.....	37
3.3 A crise das cidades.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
LISTA DE SITES CONSULTADOS.....	50

APRESENTAÇÃO

Um ano depois, a maior onda de protestos das últimas duas décadas ainda encontra-se em estado incandescente, influenciando escolhas políticas de governos e impregnando o imaginário popular com exemplos de heroísmo. A escalada de greves que recentemente varreu o país, dividindo as atenções com o Mundial de futebol, demonstra que desde Junho de 2013 *alguma coisa está fora de ordem*.

Falar sobre os grandes acontecimentos de Junho é assumir conscientemente a inevitabilidade de se cometer equívocos: os fatos políticos desencadeados em Junho ainda desdobram-se diante de nós, tornando arriscado qualquer prognóstico de longo prazo. Além disso, a escassez de trabalhos sobre Junho – talvez pelo fato de seus potenciais autores ainda encontrarem-se envoltos na atmosfera da luta política, só aos poucos encarando a ideia de se debruçar sobre o tema para finalidades acadêmicas – dificulta ainda mais nossa tarefa.

Mas apesar das dificuldades, acreditamos possuir uma vantagem: a atuação política prática durante o mês de junho de 2013. A participação ativa nos processos de Junho nos permite (assim esperamos!) aproximar a análise fria dos acontecimentos ao calor da mobilização de massas. Este trabalho é o resultado da pesquisa e da militância política, tomadas de forma conjunta e indissociável; sua principal função é a de ser um instrumento a serviço da transformação societária: uma fonte de pesquisa para os lutadores que saíram às ruas pela primeira vez em Junho, mas também para os militantes que *sempre estiveram nelas*.

Não somos partidários da ideia segundo a qual as mobilizações de Junho foram um “raio que caiu de um céu azul” em um país onde “tudo vai bem”. Em sociedades de classes, a luta entre estas atravessa infindáveis dimensões da realidade: a batalha ideológica é um componente essencial das lutas sociais, e é por isso que concomitantemente à abordagem dos aspectos políticos e econômicos do processo, nos lançamos na luta pela interpretação do *sentido* de Junho. Como afirma Zizek sobre a onda de protestos e revoluções que varrem o planeta já há alguns anos, “Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam.”¹

Em nosso trabalho, procuramos fugir de todo *particularismo analítico*. A tática de realizar análises particularistas sobre as lutas sociais é uma velha artimanha dos defensores da

¹ MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p. 103.

ordem social estabelecida. Suas consequências imediatas são: I) a blindagem da ordem em relação às críticas antissistêmicas; II) o empobrecimento da análise, que nega a totalidade como categoria central e III) o isolamento político dos sujeitos sociais que se põem em luta.

Superdimensionar aspectos isolados da realidade, em detrimento de uma visão global, acaba camuflando os reais termos do debate. O capitalismo é um sistema que só pode existir em escala global, tendo sido o estabelecimento de um mercado mundial sua principal conquista civilizatória. O capital busca apagar as fronteiras nacionais, ossificar sua divisão internacional do trabalho e domesticar os diversos Estados nacionais a partir de um único objetivo: extrair o maior quantum de mais-valia possível em cada rincão do planeta. É por isso que os fenômenos sociopolíticos locais, regionais e nacionais devem ser encarados como expressões particulares de um mesmo sistema globalmente articulado e desigualmente combinado. Análises particularistas negam essa realidade, e por isso cumprem – independente das intenções de quem as formule – a função política de blindar a ordem global de críticas antissistêmicas.

De igual modo, negar a totalidade como categoria central, uma opção metodológica tipicamente liberal, produz, do ponto de vista científico, resultados pobres. É assim para qualquer análise, uma vez que a totalidade, ao possibilitar a análise da realidade em suas características políticas, econômicas e socioculturais, é sempre mais rica que a soma de suas partes componentes, por incluir também as relações dinâmicas entre estas.

Finalmente, as análises particularistas isolam politicamente os agentes das lutas sociais, por não fomentarem a necessária solidariedade entre todos os explorados/oprimidos e o caráter de classe de sua luta comum – nem sempre consciente – antissistêmica. Não enxergar a luta da qual são parte como expressão particular das contradições do sistema capitalista, ou a si mesmos como sujeitos de uma luta que por sua própria essência é mundial, reduz enormemente as bases de apoio daqueles que se põem em movimento e, por conseguinte, as possibilidades de sua vitória.

Não temos a pretensão de encerrar as discussões referentes às Jornadas de Junho. Nossa intenção é somente discutir, a partir de uma visão crítica e dos instrumentos analíticos legados pela tradição marxista, três dimensões organicamente articuladas sobre o fenômeno, apresentando nossa própria leitura sobre seu impacto na realidade brasileira.

A primeira dimensão diz respeito à *base econômica* das Jornadas de Junho. Acreditamos que o modelo econômico e o ciclo dinâmico verificado na economia brasileira

durante a última década estão na raiz dos acontecimentos de Junho, e por isso nossa análise parte daí.

A segunda dimensão é relativa ao *sujeito social* da mobilização popular, e é um desdobramento necessário da primeira. A investigação sobre as classes e os setores de classes que tomaram parte nas Jornadas de Junho assume grande importância, uma vez que seus interesses, suas formas de organização, suas ideologias etc. são constantemente diluídos na categoria abstrata de *O Povo*.

A terceira e última dimensão trata do *processo político* em si, as *Jornadas de Junho*. Não acreditamos que as mobilizações de Junho expliquem a si mesmas; antes, precisam ser explicadas. Sem partir de sua base objetiva, e sem abordar os sujeitos que protagonizaram a luta, a discussão sobre o processo de Junho se tornaria indecifrável.

A análise retrospectiva dos acontecimentos carrega muitas limitações. Marx disse uma vez que a chave para a compreensão da anatomia do macaco está na anatomia do homem. Trazendo esse raciocínio para nosso objeto, devemos dizer que uma leitura mais completa das Jornadas de Junho só será possível quando a História der seu veredicto final sobre a nova situação política aberta por elas. E uma de nossas apostas é que esse veredicto pode tardar mais do que esperam os pessimistas da esquerda e os otimistas da direita, todos eles, a seu modo, ansiosos por enfiar as Jornadas de Junho de uma vez por todas dentro dos livros de História – lugar muito mais seguro que as avenidas Paulista e Rio Branco.

CAPÍTULO I

BASE ECONÔMICA

1.1. O modelo econômico

Neste capítulo, procuraremos abordar alguns aspectos econômicos que julgamos importantes para uma justa compreensão da situação política brasileira inaugurada pelas Jornadas de Junho de 2013. Buscaremos traçar um quadro geral do modelo econômico do Brasil, para em seguida demonstrar como o ciclo progressivo verificado durante a última década começa a dar sinais de esgotamento. Acreditamos que estes dois elementos – modelo econômico e esgotamento do ciclo progressivo – constituem a base material da revolta popular que é objeto de nosso trabalho.

Na primeira década do século XXI, o Brasil experimentou em período de relativo crescimento econômico, influenciado por uma situação internacional favorável – ocasionada pela plena incorporação da China ao mercado mundial – e pelo crescimento do mercado interno. Nem o início da crise capitalista internacional em 2008 pareceu ser capaz de reverter a dinâmica positiva da economia brasileira: em Junho, o país ocupava o posto de 7ª economia mundial.

Esse ciclo econômico dinâmico fez ressurgir formulações *impressionistas* – que tomam a aparência pela essência do fenômeno – acerca da realidade do país. Para sermos precisos, assistimos a um *revival* das ideias desenvolvimentistas predominantes na década de 1950, ou o que alguns autores chamam de “novo-desenvolvimentismo”. O eixo dessas ideias é a retomada de um projeto de capitalismo autônomo, baseado na aliança entre uma burguesia industrial progressista e o Estado, projeto este abortado pelo *putsche* de 1964, e que hoje seria possível graças à democracia reconquistada.²

O *revival* desenvolvimentista pode ser resumido em um dos grandes mantras repetidos à exaustão nos últimos anos: o tão aguardado ingresso do Brasil no chamado “Primeiro Mundo”. O plano era relativamente simples: o crescimento do PIB brasileiro levaria o país a ocupar postos cada vez mais destacados dentro do sistema internacional de Estados; com o crescimento econômico, abrir-se-ia também a possibilidade de ampliação do mercado interno e dos níveis de consumo.

² A crítica ao “novo-desenvolvimentismo” pode ser encontrada em: FONTES, Virgínia. Prefácio. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

Tal aposta não se confirmou na realidade – pelo menos não da forma como foi propagandeada. Apesar do relativo crescimento econômico verificado nos últimos anos, o país ocupava em junho de 2013 a 85ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU³. Em um país socialmente injusto como o Brasil, fazer o bolo crescer não significa dividi-lo de forma equitativa: ao final da primeira década do século XXI, 1% (1,9 milhão) dos brasileiros detinha uma renda correspondente à de metade da população do país (96,5 milhões).⁴

Além disso, os “novo-desenvolvimentistas” exageram bastante o significado do crescimento do PIB dos últimos anos. Entre 1950 e 1980, por exemplo, o PIB brasileiro dobrava a cada década, em média – período ao longo do qual dobrou a população brasileira. Em função disso, a renda per capita em 1980 era 50% maior que em 1950. Já durante o período que vai de 1980 a 2010, a soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil apenas duplicou.⁵ O PIB per capita se manteve praticamente estável entre 1950 e 2010, unicamente pelo fato de que o crescimento econômico foi acompanhado por uma impressionante redução na taxa de fecundidade da população brasileira: em 1940, a média por família era de 6,2 filhos, ao passo que em 2006 essa média correspondia a 1,8.⁶

Por sua vez, o seleto grupo de países imperialistas⁷ que domina a economia e a política mundiais não parece estar disposto a aceitar novos sócios. Para Arcary,

A ordem imperialista é um sistema hierarquizado que não favorece a mobilidade ascendente das nações periféricas. A Tríade – EUA, Europa Ocidental e Japão – mantém a sua dominação como um “clubes reservado” de Estados que exercem controle sobre a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o FMI, a Organização Mundial do Comércio

³ A lista completa dos países está disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>. Acesso em junho de 2014.

⁴ ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 40.

⁵ Id., p. 38

⁶ Id., p. 39.

⁷ Por imperialismo, entende-se o capitalismo em seu último estágio, onde dominam os grandes monopólios – trustes, cartéis, sindicatos patronais – e o capital financeiro, este último oriundo da fusão entre capital bancário e capital industrial. Durante o último quarto do século XIX (notadamente a partir de 1900), a concorrência intercapitalista dos tempos do “livre mercado” deu origem a uma imensa concentração e centralização de capitais em um reduzido número de empresas e países. O aumento da atividade bancária também levou a uma gigantesca concentração de capitais pelos bancos, que deixaram de ser meros intermediários de pagamentos e passaram a dirigir a indústria e o comércio através do crédito, da compra de ações, da participação de dirigentes dos bancos em sociedades monopolistas etc. O imperialismo também intensificou a partilha do mundo, pois a luta por fontes de matérias-primas e mercados aumentou as disputas entre as potências, e o grande desenvolvimento das forças produtivas destas tornava necessária a exportação de capitais para outros países. Assim, vários países da África, América e Ásia foram transformados em colônias e semicolônias dos países imperialistas desenvolvidos. Para o presente trabalho, adotamos as elaborações contidas em LENIN V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2012.

(OMC), o G-8, o Banco Mundial e, portanto, sobre o sistema mundial de Estados.⁸

O autor prossegue: “Nenhum Estado, na história do capitalismo, renunciou às vantagens de sua posição dominante no sistema mundial sem imensas resistências.”⁹ É assim porque os países imperialistas, que possuem imensos privilégios dentro da divisão internacional do trabalho, só os possuem em função da inserção subordinada de outros países no sistema mundial de Estados.

Desde o final do século 19, somente o Japão se elevou à condição de Estado central e teve que lutar várias guerras para o conseguir. Ao contrário da ilusão de uma passagem pactuada e ‘indolor’ de alguns Estados periféricos ao “Primeiro Mundo”, a perspectiva da história sugere que, sem grandes lutas, a rigor, sem processos revolucionários, o lugar dos países dependentes e semicoloniais tendeu a degradar-se.¹⁰

Em relação a isso, pode-se dizer que nas últimas duas décadas – acentuadamente a partir dos últimos dez anos –, a tese reformista de uma mobilidade social gradual, pactuada e indolor nos marcos das fronteiras de um país foi transposta para o âmbito das relações entre as nações no sistema mundial de Estados. Um reformismo em escala mundial, como desdobramento necessário de um projeto reformista nacional.

Adotamos uma metodologia oposta. Para não incorrer em impressionismos, partimos da localização do Brasil dentro da divisão internacional do trabalho, e não da média de crescimento de seu PIB – por maior que esta seja.¹¹ Antes, porém, faz-se necessária uma breve discussão sobre as raízes históricas dessa localização.

Como atesta Furtado, “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”¹², e para o império português foi preciso, desde o início, “encontrar uma fórmula de utilização econômica das terras americanas diferente da fácil extração de metais preciosos. Só assim seria possível cobrir os gastos de defesa destas

⁸ ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 191.

⁹ Id., p. 187.

¹⁰ Id., p. 192.

¹¹ É interessante observar a utilização dos termos PIB (Produto Interno Bruto) e PNB (Produto Nacional Bruto) entre os países atrasados e imperialistas. O PIB mensura o total de bens e serviços produzidos dentro de um país, ignorando as remessas de lucros ao exterior e os ganhos de empresas nacionais que atuam em outros países; já o PNB considera as receitas de todas as empresas de capital nacional, independente do território. É evidente que o PIB dos países periféricos é bem maior que seu PNB (visto não serem países exportadores de capitais), daí que o utilizem com maior frequência para referir-se à sua dinâmica econômica – mesmo que essa utilização acabe distorcendo sua realidade econômica e social. O oposto ocorre com os países imperialistas, que utilizam com maior frequência o PNB.

¹² FURTADO, Celso. Formación económica del Brasil. Brasília. FUNAG: 2010, p. 19. (tradução nossa)

terras”¹³, ameaçadas pela expansão territorial das demais potências europeias. A fórmula encontrada foi a empresa agrícola.

Nahuel Moreno argumenta que a colonização latino-americana não foi “feudal”, nem diretamente “capitalista”. Concordando que a conquista da América foi o resultado da expansão do capital mercantil europeu, sustenta a ideia de que a colonização atendia a objetivos capitalistas, embora tenha se utilizado de relações de escravidão e de terminologias feudais.

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e as descobertas para efetuar lucros prodigiosos e para colocar mercadorias no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia na América um exército de trabalhadores livres no mercado. É por isso que os colonizadores, para poder explorar de forma capitalista a América, se veem obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas.”¹⁴

À análise de Moreno, acrescentaríamos apenas o tráfico de escravos africanos como particularidade da empresa colonial agrícola brasileira.

Chasin¹⁵, por sua vez, procura desvelar as características do modo de produção “especificamente” capitalista no Brasil à luz das vias “clássica” e “prussiana”. O autor assinala que, diferentemente das revoluções democrático-burguesas de países como França e Inglaterra, que varreram a um só golpe a teia de relações econômicas pré-capitalistas e puderam instaurar no âmbito do Estado os princípios iluministas, a “entificação” do capitalismo em países como Alemanha e Brasil se deu através de um “reformismo pelo alto”, excluindo o povo e baseando-se em acordos e negociatas entre a burguesia industrial nascente, o Estado e os grandes proprietários rurais. As semelhanças terminam aí, pois enquanto a Alemanha e os demais países de “via prussiana” se industrializaram rapidamente no último quarto do século XIX, configurando-se como países de capitalismo “tardio” e integrando (mesmo que debilmente) os elos da cadeia imperialista mundial, o Brasil só inicia seu processo de industrialização nos anos 1930 – sendo, portanto, um país de capitalismo “hiper-tardio” –, excluindo qualquer possibilidade de vir a cumprir um papel imperialista e aceitando uma condição subalterna no mercado mundial. Chasin chama a esse processo de

¹³ Ibid., p. 22.

¹⁴ MORENO, Nahuel, Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa in América, apud. NOVACK, George. Para comprender la Historia. Colômbia: Editorial Pluma, 1977, p. 4. (tradução nossa)

¹⁵ CHASIN, José. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André: estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

“via colonial”, e dela germinariam os elementos estruturantes de nosso atraso. O capitalismo brasileiro, para Chasin, havia chegado tarde demais, e a burguesia brasileira não teria, portanto, condições de exercer qualquer protagonismo num mundo dominado pelo capital imperialista.

A ausência de um processo de ruptura com essas determinações estruturantes explica o papel que o país desempenha hoje na divisão internacional do trabalho. Passemos então à análise de alguns traços do modo de produção “especificamente” capitalista do Brasil atual.

A restauração capitalista no leste europeu e na China, durante as décadas de 1980/1990, levou a uma queda do salário mundial e reafirmou o papel do Brasil como produtor de alimentos e matérias-primas. Em pleno século XXI, assistimos a uma *primarização* da economia brasileira, que se especializou na produção de commodities. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, em 2008, a exportação de produtos primários representava 51% do total das exportações brasileiras, enquanto a de produtos manufaturados correspondia a 47%; em 2011, essa relação era de 60% para os produtos primários e 37% para manufaturados.¹⁶

A primarização da economia se associa à inflação dos preços dos alimentos nos meses que precederam Junho. O modelo que privilegia o plantio de soja e cana de açúcar, além da criação de gado, reduz a área de plantio de itens da cesta básica brasileira, como feijão, batata, legumes etc, tensionando o aumento de preços. De Novembro de 2012 a Julho de 2013, o IBGE calcula uma variação de 13,5% no preço dos alimentos: batata, 66%; tomate, 55%; feijão, 44%.¹⁷ Em função da primarização econômica, o Brasil é o maior importador de agrotóxicos do planeta: em 2013, consumimos um bilhão de litros de agrotóxicos, 5 litros para cada brasileiro.¹⁸

O país atravessa um processo de desnacionalização econômica, resultado de uma ofensiva recolonizadora do capital imperialista. A liberalização dos fluxos de capitais, inaugurada pelo neoliberalismo, atraiu grandes multinacionais à procura de mão de obra barata. Complementarmente, os capitais imperialistas puderam se aproveitar das imensas riquezas naturais e da posição estratégica do Brasil para transformar o país em uma plataforma de exportação de produtos industrializados para o restante da América Latina.

¹⁶ GODEIRO, N. Crise econômica se aproxima do Brasil. *Correio Internacional*: terceira época, São Paulo, v. 1, n. 11, julho de 2013, p.10

¹⁷ Id., p. 10.

¹⁸ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-24/brasil-consome-14-agrotoxicos-proibidos-no-mundo.html>. Acesso em junho de 2014.

Durante os governos Collor e FHC (1993-2002), a diferença entre Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e remessas de lucros ao exterior foi de US\$ 214 bilhões para US\$ 47 bilhões. Já durante os governos petistas (2003-2012), os IED representaram US\$ 547 bilhões, enquanto a remessa de lucros às matrizes dos grupos multinacionais foi de impressionantes US\$ 199 bilhões. Na última década, portanto, a entrada de capitais estrangeiros no país dobrou, enquanto foi quadruplicada a remessa de lucros das empresas para o exterior.¹⁹ É por isso que

As grandes corporações transnacionais dominam a economia brasileira: 100% das montadoras, 92% do setor eletroeletrônico, 75% das autopeças, 74% das telecomunicações, 68% do setor farmacêutico, 60% da indústria digital, 57% do setor de bens de capital, 55% na siderurgia e metalurgia e 47% na petroquímica. No agronegócio, 30 empresas dominam o complexo agroindustrial e mais de 70% destas empresas são multinacionais.²⁰

A economia brasileira também alimenta uma gigantesca dívida pública que compromete quase metade do orçamento da União. A dívida foi contraída externamente pela ditadura militar para financiar o “Milagre Brasileiro”; mais tarde, transformada em dívida interna, tornou-se um dos maiores entraves para o desenvolvimento do país. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida pública brasileira correspondeu a 44% do orçamento da União em 2012, um valor muito acima do que foi gasto em transportes públicos (1%), educação (3%) e saúde (4%).²¹ Até Outubro de 2013, a dívida já havia consumido R\$ 690 bilhões, ou 47% do gasto federal.²² Evidentemente, a oferta de serviços públicos de qualidade à população (uma das principais reivindicações das mobilizações de Junho) choca-se frontalmente com os interesses do capital rentista que suga os recursos de toda a sociedade através do mecanismo da dívida pública.

Os incontáveis privilégios concedidos aos bancos também merecem destaque: durante os governos FHC, os lucros dos grandes bancos corresponderam a R\$ 96 bilhões, enquanto nos dois mandatos de Lula o lucro foi de R\$ 428 bilhões. Esses lucros recordes estão associados a uma das mais altas taxas de juros do planeta. Talvez isso explique o fato de que durante a campanha eleitoral de 2010, a burguesia financeira tenha retribuído o PT com um montante de R\$ 38 milhões, 15% da arrecadação da campanha de Dilma Rousseff.²³

¹⁹ GODEIRO, N. Crise econômica se aproxima do Brasil. *Correio Internacional*: terceira época, São Paulo, v. 1, n. 11, julho de 2013, p. 9.

²⁰ Id., p. 9.

²¹ Id., p. 8.

²² Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/#>. Acesso em junho de 2014.

²³ GODEIRO, N. Crise econômica se aproxima do Brasil. *Correio Internacional*: terceira época, São Paulo, v. 1, n. 11, julho de 2013, p. 9.

As características da economia brasileira que descrevemos até aqui (a primarização, a desnacionalização, a dívida pública etc.) são elementos suficientes para caracterizar o Brasil como um país *semicolonial*. Para Lenin, a partilha do mundo entre os Estados imperialistas é um dos traços mais marcantes do estágio monopolista do capitalismo.

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as variadas formas de países independentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática.²⁴ (grifo do autor)

As lutas de independência nacional no pós-guerra levaram a uma reconfiguração do sistema imperialista, com a libertação da maioria das ex-colônias. Mesmo assim, as considerações de Lenin nos parecem válidas: a independência política formal dos Estados não é sinônima de soberania, uma vez que existe uma ditadura global do capital financeiro e dos grupos monopolistas multinacionais, que submetem a economia mundial (portanto, a economia de *todos os países*) a seus próprios interesses.

Quanto aos Estados “semicoloniais”, nos dão um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. [...] Naturalmente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é *aquela* que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Neste sentido, os países semicoloniais são típicos exemplos de “caso intermediário”.²⁵ (grifo do autor)

Para o revolucionário russo, portanto, os Estados semicoloniais são uma “forma de transição”, em que não há total “perda da independência política”, uma vez que “de um ponto de vista formal, são politicamente independentes”, embora na prática estejam “enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática”. Moreno desenvolve o pensamento leninista, propondo três categorias básicas para os países atrasados:

Há décadas que os marxistas estão discutindo a definição adequada para os países atrasados [...] A esse respeito, temos proposto três categorias: dependentes, semicoloniais e coloniais. Dependente é o país que politicamente é independente, isto é, elege seus governantes, mas desde o

²⁴ LENIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 119.

²⁵ Id., p. 115.

ponto de vista dos empréstimos, do controle do comércio ou da produção depende, economicamente, de uma ou várias potências imperialistas. Semicolonial é aquele que assinou pactos de tipo político ou econômico que cerceiam sua soberania, sem perdê-la totalmente. E colonial é aquele que nem sequer elege seu governo, já que o mesmo é imposto ou controlado por um país imperialista.²⁶

Essa interpretação contradiz as análises que apostam no Brasil como uma potência geopolítica emergente. Não se pode ignorar a inserção subordinada do país no mercado mundial e seu papel na divisão internacional do trabalho. Acreditamos que o que caracteriza econômica e politicamente o Brasil é sua condição de semicolônia: suas exportações centradas em mercadorias primárias; sua dependência de investimentos externos; seu modelo econômico que privilegia o capital financeiro através da drenagem de recursos pela dívida pública; sua condição de plataforma de exportações para as empresas imperialistas. O crescimento do PIB nos últimos anos significou apenas maior dependência externa, redução da soberania nacional e intensificação da superexploração de nossa força de trabalho. Em outras palavras: o crescimento do PIB brasileiro não era um *ticket* para o “Primeiro Mundo”, mas sim para uma maior vulnerabilidade frente ao imperialismo, reafirmando nossa inserção subordinada no mercado mundial.

O “novo-desenvolvimentismo” parece ser um *construto ideológico* necessário à nossa condição de semicolônia. Sucessivos governos ao longo da História superdimensionaram o sentido do crescimento do PIB em etapas dinâmicas da evolução econômica brasileira. *Ideologicamente*, o capitalismo brasileiro precisa de seus “50 anos em 5”, de seus “milagres” e de sua eterna promessa de deixar para trás o atraso que nos caracteriza sob esse sistema. Do contrário, quais seriam as consequências políticas?

1.2 Sinais de esgotamento do ciclo dinâmico

Desde Junho, porém, as análises impressionistas sobre a economia brasileira se tornaram menos estridentes. Dois fatores contribuíram para isso: I) a situação econômica do país, que já vinha se deteriorando, piorou e II) as mobilizações de massas colocaram em xeque todo o discurso dominante relativo ao mito de que o país “vai bem”.

Num contexto de desaceleração econômica, os elementos de nossa economia semicolonial saltam à vista, demonstrando a realidade de nossa dependência externa. Para

²⁶ MORENO, Nahuel, apud ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 193.

começar, após Junho formou-se um consenso entre analistas, organismos multilaterais e agências de classificação sobre a desaceleração do PIB brasileiro para 2013/2014. É importante lembrar que, em 2012, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,9%. Esse desempenho ficou abaixo das expectativas do Governo, e foi o menor entre os Bric's (Brasil, Rússia, Índia e China).²⁷ No início de 2013, o Governo Federal projetava um crescimento de 4,5% do PIB. Em Outubro, o FMI reduzia o crescimento potencial do Brasil para 3,5%²⁸; a OCDE, por sua vez, cortou sua previsão para 2,5%.²⁹ Em Novembro, a União Europeia reduzia de 3% para 2,2% sua previsão.³⁰ Efetivamente, o PIB brasileiro cresceu 2,3% em 2013, puxado basicamente pela pecuária.³¹ Se para os “novo-desenvolvimentistas” um PIB colossal era o trampolim rumo ao “Primeiro Mundo”, teríamos de esperar um pouco mais para dar o salto.

Em 2013, a situação da balança comercial brasileira se tornou alarmante. O comparativo entre os desempenhos de 2012 e 2013 é ilustrativo: entre janeiro-maio de 2012, o país acumulou um superávit de US\$ 6,3 bilhões, ao passo que amargou, entre janeiro-maio de 2013, um déficit de US\$ 5,4 bilhões. Em outubro de 2013, a balança comercial brasileira acumulou um déficit de US\$ 224 milhões – o pior resultado para o mês dos últimos treze anos³² – e ao final do ano o país registrou seu pior resultado em mais de uma década: um superávit de US\$ 2,56 bilhões.³³

Diante da desaceleração econômica, as imensas regalias oferecidas pelo Governo às multinacionais instaladas no país não surtiram o efeito desejado. Somente da indústria automobilística, o Governo deixou de recolher R\$ 26 bilhões em impostos desde 2008, ao passo que US\$ 14 bilhões (praticamente o mesmo montante) foram repassados pelas empresas às suas matrizes no exterior.³⁴ Lembremo-nos que empresas multinacionais dominam 100% da indústria automobilística no Brasil, e que os gastos com transporte público corresponderam

²⁷ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,pib-do-pais-fecha-2012-com-crescimento-de-09-o-menor-em-3-anos,145637,0.htm>. Acesso em junho de 2014.

²⁸ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,fmi-reduz-crescimento-potencial-do-brasil-para-35,168296,0.htm>. Acesso em junho de 2014.

²⁹ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,pib-do-brasil-tem-previsao-novamente-cortada-pela-ocde,168168,0.htm>. Acesso em junho de 2014.

³⁰ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,ue-reduz-previsao-de-crescimento-do-brasil-em-2013-de-3-para-22,169322,0.htm>. Acesso em junho de 2014.

³¹ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-cresce-2-3-em-2013-puxado-por-agropecuaria-e-investimentos,178695e>. Acesso em junho de 2014.

³² Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3325178/balanca-comercial-tem-pior-resultado-para-outubro-desde-2000>. Acesso em junho de 2014.

³³ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/balanca-comercial-registra-em-2013-pior-resultado-em-doze-anos.html>. Acesso em junho de 2014.

³⁴ MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p. 25.

a apenas 1% do orçamento da União em 2012. A desoneração da folha de pagamento – que diminui a contribuição dos patrões à Previdência Social –, foi de R\$ 13,2 bilhões em 2013.³⁵ Mas contrariando todas as gentilezas tributárias, o crescimento das vendas das 500 maiores empresas instaladas no Brasil em 2012 foi acompanhado por uma redução de seus lucros.³⁶ Os efeitos são conhecidos:

A queda dos lucros leva à diminuição dos investimentos, desaceleração do crescimento econômico, o aumento dos preços para recompor a margem de lucro (o que explica o salto inflacionário), a importação de insumos da China, mais baratos, e a redução da contratação de novos trabalhadores.³⁷

Em Junho de 2013, parte dos capitais estrangeiros começou a retornar às origens. Entre o dia primeiro a 24 de Junho de 2013, houve uma fuga de capitais no valor de R\$ 5 bilhões para o exterior. Esta notícia se somou ao anúncio do aumento dos juros nos EUA no mesmo período.³⁸

Se tomarmos como referência os anos de 2008/2009, podemos verificar que a ampliação do crédito foi uma medida adotada pelo Governo Lula para amortecer os efeitos da crise econômica internacional. Juntamente à elevação do salário mínimo acima da inflação, à redução do desemprego e aos programas sociais (como o Bolsa Família), o aumento do crédito a juros altos foi um dos carros-chefes da expansão do mercado interno. Mas a ampliação do crédito a juros altos às famílias transformou-se em alto endividamento das famílias. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, em abril de 2013, 118 milhões de brasileiros estavam endividados, 37 milhões tinham contas atrasadas e 12 milhões simplesmente não podiam pagar suas dívidas.³⁹ Em julho de 2013, o total de dívidas das famílias representava 45,1% de seu rendimento acumulado em um ano.⁴⁰ O Banco Internacional de Compensações (BIS) indica a magnitude da bolha financeira criada pela ampliação do crédito: em 2012, o crédito cresceu mais de 6%, enquanto o PIB cresceu apenas

³⁵ Disponível em: <http://www.vozdoaposentado.org.br/custo-de-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-dobra-em-2014/>. Acesso em junho de 2014.

³⁶ GODEIRO, N. Crise econômica se aproxima do Brasil. Correio Internacional: terceira época, São Paulo, v. 1, n. 11, julho de 2013, p. 11.

³⁷ Id., p. 11.

³⁸ Id., p. 8

³⁹ Id., p.9.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3286252/endividamento-das-familias-cresce-para-451-em-julho-indica-bc>. Acesso em junho de 2014.

0,9%.⁴¹ Em dez anos (de 2003 a 2013), o crédito pulou de 24,7% para 55,2% do PIB brasileiro.⁴²

Em suma, em 2013 o Brasil começou a sentir com mais força os efeitos da crise internacional que pôde driblar com relativo sucesso há alguns anos. Em 2002-2003, a plena incorporação da China ao mercado mundial ocasionou a elevação dos preços das commodities, dando início a um “superciclo” das matérias-primas. Esse “superciclo” proporcionou um período bastante favorável (apesar das catástrofes da crise capitalista mundial) aos países cujo modelo econômico privilegia a exportação de mercadorias primárias. A alta conjuntural das commodities fez com que o Brasil aprofundasse o processo de primarização de sua economia, graças à migração de capitais especulativos. Essa primarização prejudicou fortemente os interesses nacionais, uma vez que desconsiderou por completo a tendência histórica à deflação do preço das commodities. Agora, com efeito, o equilíbrio entre oferta e procura de commodities por parte da China está reduzindo o preço dessas mercadorias.⁴³ Isso explica a situação da balança comercial brasileira. A desaceleração econômica, por sua vez, deu origem a um descompasso entre o crescimento do PIB e a oferta de crédito interno, produzindo endividamento em massa e precipitando uma possível bolha financeira.

Diante da iminência da crise, a orientação do Governo é *aprofundar* esse modelo econômico. A privatização de portos, aeroportos, rodovias e o escandaloso leilão da bacia petrolífera de Libra – com um preço estimado em R\$ 3 trilhões, mas que foi arrebatado pela bagatela de R\$ 15 bilhões por um consórcio que inclui a Petrobras e grandes multinacionais do petróleo – demonstram que a perspectiva da política econômica brasileira é sanar o rombo com a venda do patrimônio público.

É possível que a estabilidade política e a coesão social alcançadas à custa do relativo progresso econômico dos últimos anos tenham chegado ao fim. A desaceleração econômica, fruto da crise mundial, produziu alguns deslocamentos na consciência dos trabalhadores brasileiros. À primeira vista, o Brasil não é mais o “país do futuro” dentro do imaginário

⁴¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/bis-alerta-para-descompasso-entre-credito-e-pib-no-brasil-1.html>. Acesso em junho de 2014.

⁴² Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/credito-pula-de-24-7-para-55-2-do-pib-em-10-anos>. Acesso em junho de 2014.

⁴³ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lb.shtml. Acesso em junho de 2014.

popular. Agora somos vistos por nós mesmos como uma terra *socialmente desigual, economicamente injusta, culturalmente atrasada e politicamente corrupta*.

Não podemos pensar que o esgotamento do ciclo econômico progressivo é a *única* explicação para a eclosão das Jornadas de Junho. É necessário tomar conhecimento de outros elementos determinantes, e a eles iremos nos remeter nos capítulos seguintes. Porém, respondida (parcialmente) a pergunta sobre qual foi a base econômica da revolta, cabe perguntar logo em seguida: quem se apoiava sobre ela?

CAPÍTULO II

SUJEITO SOCIAL

2.1 Uma rebelião da “classe média”?

Na madrugada de 12 de junho de 2013, Arnaldo Jabor, jornalista da Rede Globo, comentou os protestos contra o aumento da tarifa do transporte que começavam a ganhar amplitude no país. Durante o “Jornal da Globo”, Jabor comparou as manifestações às práticas de uma organização criminosa; disse que os mais pobres presentes nos atos eram os “policiais apedrejados”; que as manifestações eram uma mistura de “burrice com um rancor sem rumo” e que sua “causa [devia] ser a ausência de causa”; questionou o fato de os manifestantes não lutarem contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 37; chamou os manifestantes de “caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50”, defendido por uma “velha esquerda”; e concluiu: “esses revoltosos de classe média não valem nem R\$ 0,20.”⁴⁴

Cinco dias depois, Jabor “mudou de ideia”. Agora, os “policiais apedrejados” eram violentos; o Movimento Passe Livre (MPL)⁴⁵ havia se transformado em uma “força política original”; as manifestações eram “mais ricas” que as dos caras-pintadas⁴⁶; os jovens que lutavam contra o aumento da tarifa não eram mais uma caricatura de um socialismo atrasado, e sim importantes, “talvez porque a revolução tenha perdido prestígio para a mobilidade social”; e os manifestantes que lotavam as ruas do país não eram mais “revoltosos de classe média”: agora eram *O Povo*.⁴⁷

Essas “duas opiniões” ilustram bem a inflexão editorial que a grande mídia sofreu durante Junho. Discorreremos sobre isso no capítulo III. Aqui, importa analisar o discurso do ponto de vista da caracterização social que Jabor fez das primeiras manifestações. Ao cunhar os jovens que lutavam contra o aumento da tarifa do transporte de “revoltosos de classe média”, Jabor – e toda a grande mídia – pretendeu desmoralizar as manifestações, esvaziá-las de sentido e jogar a opinião pública contra os manifestantes.

⁴⁴ Comentário disponível em: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>. Acesso em junho de 2014.

⁴⁵ Fundado em 2005, o Movimento Passe Livre é um movimento autonomista que luta pela gratuidade do transporte público no Brasil. Em 2013, esteve à frente das primeiras manifestações contra o aumento da tarifa do transporte em São Paulo e em outras capitais.

⁴⁶ Assim ficaram conhecidos os manifestantes que em 1992 derrubaram o então presidente Fernando Collor de Melo. O nome “caras-pintadas” faz referência ao fato de os manifestantes pintarem os rostos com as cores verde e amarelo.

⁴⁷ Comentário disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>. Acesso em junho de 2014.

Presume-se que, na cabeça do Arnaldo Jabor do primeiro comentário, a “classe média” não sofra as consequências do péssimo sistema de transportes do país. Também é possível presumir que as mobilizações da “classe média” só são legítimas se ocorrerem em torno a pautas que digam respeito estritamente à sua posição social – talvez a PEC 37⁴⁸ –, devendo esse segmento fechar os olhos para as demais expressões da Questão Social, a exemplo da crise urbana que desencadeou a luta contra o aumento das tarifas. E é claro que quem define qual pauta é “de classe média” ou não é o próprio Jabor. Pensamentos como esse são típicos de uma classe dominante que se encontra completamente afastada do convívio com as massas trabalhadoras, divorciada da realidade de seu próprio país, presa a um ostracismo voluntário para não se sujar de povo – classe essa que é brilhantemente representada pelo ex-dramaturgo Arnaldo Jabor, que acabou indo buscar no jornalismo o seu “ganha pão”.

O discurso transformista de Jabor tentou mascarar o conteúdo de classe das manifestações desde seu início até o final. No começo, “revoltosos de classe média”; após a desastrosa repercussão do disparate, *O Povo*. Na língua de Jabor, o sujeito social das Jornadas de Junho sofreu uma transmutação. Mas o que se esconde por trás dessa mistificação *jaboriana*?

2.2 Proletariado, trabalhadores e capitalismo

Antes de caracterizarmos o sujeito social das Jornadas de Junho, cabe uma sintética definição do que é “classe social”. Para isso, utilizaremos as ferramentas analíticas legadas pela tradição marxista.

A categoria “classe” é central em Marx, não só em razão do método de análise empregado por essa tradição, que privilegia o estudo das relações contraditórias e/ou antagônicas entre as classes sociais, mas também porque o marxismo desenvolveu um projeto societário – o comunismo – que só pode ganhar materialidade se abraçado por uma classe social específica. Para Marx e Engels, a sociedade capitalista está fraturada em duas classes sociais com interesses inconciliáveis: a burguesia e o proletariado. Embora a divisão da sociedade em classes seja anterior ao capitalismo, é sob esse sistema que a contradição fundamental entre o caráter social da produção e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida agudiza o antagonismo entre explorados e exploradores, colocando pela primeira

⁴⁸ A Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), pretendia transformar o poder de investigação criminal em atribuição das polícias federal e civil, retirando-o de outros órgãos, como o Ministério Público.

vez na história da humanidade a possibilidade de supressão da propriedade privada e o estabelecimento de uma economia planificada, baseada em relações socioeconômicas igualitárias: uma sociedade comunista. Caberia ao proletariado, em função de sua localização estratégica no processo produtivo, dos laços de solidariedade constituídos no interior de um mecanismo de produção que necessariamente envolve a cooperação de bilhões de seres humanos, e de sua condição de pária da sociedade, o papel de sujeito social dessa revolução comunista.

Embora jamais tenham publicado textos cuja preocupação primordial fosse a definição rigorosa das classes sociais, o debate categorial sobre elas atravessa praticamente todas as obras de Marx e Engels. Em nota introduzida na edição inglesa de 1888 d'*O Manifesto do Partido Comunista*, diz Engels:

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.⁴⁹

É claro que qualquer definição de classe social não deve ser encarada de forma rígida e esquemática – afinal, as linhas divisórias da sociedade são variáveis e, em certa medida, convencionais. Porém, para efeitos do presente trabalho, aceitaremos a ideia de que as características essenciais das classes sociais na sociedade capitalista dizem respeito a) à *função* de sua práxis social e b) à sua condição de proprietárias ou não-proprietárias dos meios sociais de produção⁵⁰.

A função social de sua práxis diz respeito ao papel que as classes sociais desempenham no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Marx identifica no trabalho a condição primeira de toda e qualquer forma de sociabilidade. Essa ideia do trabalho enquanto “condição natural e eterna da vida humana”, que se encontra plenamente desenvolvida em *O Capital*, já era objeto de preocupação do autor durante sua juventude:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a

⁴⁹ ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. Manifesto Comunista. Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 40.

⁵⁰ Os meios sociais de produção englobam os instrumentos, as matérias-primas e os materiais acessórios empregados pelo trabalho coletivo de muitos trabalhadores e que são indispensáveis à produção de mercadorias.

natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.⁵¹ (grifos do autor)

Em *O Capital*, diz Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.⁵²

Em todas as formações sociais até hoje existentes, o trabalho sempre ocupou um papel central. Sem trabalho não há transformação da natureza em valores de uso (meios de subsistência e meios de produção) necessários à própria existência do homem. Porém, é um equívoco imaginar que o trabalho não tenha passado pelas mais diversas transformações ao longo da história. No modo de produção capitalista, o trabalho assume características que o diferenciam do trabalho realizado em outros modos de produção:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho [...] Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia.⁵³

Para Marx, portanto, uma condição indispensável para o modo de produção capitalista é a transformação da força de trabalho em mercadoria. A classe social responsável pelo intercâmbio entre homem e natureza, é, necessariamente, uma classe assalariada – e é assalariada porque, conforme diz Engels, encontra-se privada dos meios de produção necessários à sua subsistência. Essa classe é o proletariado, a classe dos “assalariados modernos”, cuja práxis social é a transformação da natureza em valores de uso, sem os quais não haveria reprodução societária. O surgimento dessa classe desdobra alienações, pois sob o sistema capitalista “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.” (grifo do autor).⁵⁴

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um *poder*

⁵¹ MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 84.

⁵² MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume I. Trad: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 211 e 218.

⁵³ Id., p. 219

⁵⁴ MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 80.

independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. [...] Esta objetivação do trabalho aparece [...] como *desejetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*).⁵⁵ (grifos do autor)

Mas na sociedade capitalista também existem classes e setores sociais intermediários, híbridos, que combinam características das duas classes fundamentais. A pequena burguesia, por exemplo, é uma classe social que se caracteriza pela propriedade dos meios de produção, mas que ao mesmo tempo trabalha. Segundo Marx,

[O pequeno burguês] pode, como seu empregado, trabalhar, participar diretamente do processo de produção, mas será então um ser intermediário entre capitalista e trabalhador, um pequeno patrão. Certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa consagrar à apropriação, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho todo o tempo durante o qual funciona como capital personificado. As corporações da Idade Média procuraram impedir coercitivamente a transformação do mestre artesão em capitalista, limitando a um mínimo o número máximo de trabalhadores que cada mestre podia empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito esse limite medieval. Aqui, como nas ciências naturais, evidencia-se a justeza da lei descoberta por Hegel, em sua *Lógica*: modificações quantitativas, além de certo ponto, se transformam em modificações qualitativas.⁵⁶ (grifo do autor)

Um camponês ou um artesão é proprietário de meios de produção; a função de sua práxis social é a transformação da natureza em valores de uso, embora nenhum dos dois seja assalariado. Todavia, nem o camponês nem o artesão podem ser considerados burgueses ou proletários. Ambos são pequenos proprietários, resquícios de formações econômicas pré-capitalistas ou produtos da face “empreendedora” do capitalismo neoliberal, que apresenta como alternativa para o sustento de milhões de trabalhadores desempregados o recurso ao artesanato ou coisa parecida.

Logo, para ser burguês não basta ser proprietário de meios de produção: é preciso ser proprietário de meios *sociais* de produção. Em outras palavras, é preciso que se explore o trabalho assalariado de uma quantidade de trabalhadores suficiente para que o proprietário dos meios de produção se liberte do trabalho produtivo e possa se dedicar a outras tarefas (“controle do trabalho”, “venda dos produtos do trabalho” etc.). A cooperação simples, entendida como a “ação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou,

⁵⁵ Id.

⁵⁶ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume I. Trad: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 355.

se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista”⁵⁷ é o ponto de partida da produção especificamente capitalista, pois permite que o patrão viva exclusivamente do trabalho alheio.

Mas o desenvolvimento do capitalismo também desdobra outras classes intermediárias, de transição, a partir da ampliação da escala da cooperação:

De início, o capitalista em germe liberta-se do trabalho manual quando seu capital atinge aquela magnitude mínima em que começa a produção capitalista propriamente dita. Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital.⁵⁸

O capitalismo, em certo estágio de seu desenvolvimento, cria um “tipo especial de assalariados”, cujos membros “comandam em nome do capital”. Sua função social é supervisionar os trabalhadores, e não transformar a natureza em valores de uso. Do mesmo modo, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual é mais uma consequência do desenvolvimento do capitalismo.

O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde [sob o capitalismo], se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários.⁵⁹

Para Lessa,

Os “trabalhadores” [...] contêm em seu interior classes sociais distintas, que exercem funções sociais diferenciais, que desdobram contradições com o capital ontologicamente distintas (o proletariado é a única classe antagônica ao capital etc.) – contudo, todos os trabalhadores são explorados – ainda que não exatamente da mesma maneira – pelo capital.⁶⁰

E ainda,

Ao contrário de ambiguidade, temos, em Marx, uma precisão extrema. Quando Marx se refere à contradição mais geral entre capital e trabalho, utiliza o termo “trabalhadores”. Quando precisa diferenciar entre os trabalhadores que desdobram relações antagônicas com o capital daqueles

⁵⁷ Ibid., p. 375.

⁵⁸ Id., p. 385.

⁵⁹ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume II. Trad: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 577.

⁶⁰ LESSA, Sergio. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp. 193, 194.

outros trabalhadores que não o fazem, emprega o termo proletariado ou operariado. Ou, para dizer o mesmo com outras palavras, quando quer distinguir os “trabalhadores” que convertem a natureza nos meios de produção e de subsistência e que são o fundamento material de toda a riqueza social, dos outros “trabalhadores” que, sendo ou não produtivos, não produzem este fundamento material, emprega proletários ou operários para nomear os primeiros, e “trabalhadores” (em *O Capital*) ou “classes de transição” (no *18 Brumário de Luis Bonaparte*), para os últimos.⁶¹ (grifos do autor)

Dentre a massa de trabalhadores assalariados da sociedade capitalista, temos, portanto, classes sociais distintas, que exercem práxis sociais diversas, e que incluem os operários, os gerentes, os professores, os funcionários públicos, os trabalhadores dos serviços etc. Não é, portanto, o assalariamento fator decisivo para uma definição precisa das classes sociais na sociedade capitalista. Muito menos o critério de renda, tantas vezes empregado. Vimos que alguns trabalhadores assalariados são “personificações do capital”, desdobrando relações antagônicas com o proletariado. Em última instância, o que vale é a função social da práxis exercida pelas classes sociais e sua relação com os meios sociais de produção: se, enquanto assalariados, transformam a natureza em valores de uso (proletariado), se possuem pequena propriedade sem se desligar totalmente do trabalho (pequena burguesia), se, embora assalariados, não trabalham – no sentido de transformar a natureza etc. – (trabalhadores) etc.⁶²

2.3 O “precariado” entra em cena

Ao lado do *revival* desenvolvimentista, ganhou força no país a ideia da ascensão de uma “nova classe média”, formada ao longo da última década pelo ciclo dinâmico da economia. Acreditamos que tanto o *revival* desenvolvimentista quanto a “nova classe média” são expressões análogas de um mesmo fenômeno: os ainda recentes sinais positivos apresentados pela economia brasileira. Porém, como toda ideologia, o sonho de um Brasil de “Primeiro Mundo” e de uma “nova classe média” são apenas refrações distorcidas de processos que se desenvolvem no mundo objetivo, carecendo ambos de demonstração empírica.

A “nova classe média” – tão frequentemente invocada pelo Governo e pela mídia como pretensa prova de que o Brasil começa a se transformar em uma “sociedade de classe

⁶¹ Id., p. 194.

⁶² O objetivo da produção capitalista é a produção de mais-valia ou valor excedente, e não a transformação da natureza em valores de uso. A mais-valia não é obtida exclusivamente através do trabalho operário, como Marx expõe em *O Capital* através do clássico exemplo do mestre-escola. Sob o modo de produção capitalista, trabalho produtivo, portanto, não é aquele que transforma a natureza, e sim o que produz mais-valia.

média”, aos moldes do que foi o *Welfare state* europeu⁶³ – nada tem a ver com os “revoltosos de classe média” de Arnaldo Jabor. É preciso um grande esforço de malabarismo teórico para provar que os setores da sociedade que vivenciaram um processo de ascensão social na última década têm algo em comum com a ideia que costumeiramente se faz da “classe média” no Brasil. Aliás, nem o próprio Jabor tinha a intenção de comparar o sujeito social das primeiras manifestações de Junho à “nova classe média”, identificada pelo mercado e pela mídia como um nicho altamente lucrativo. Tampouco se pode falar que o processo histórico que deu origem à “classe média” brasileira tem alguma relação com a ascensão da “nova classe média”. Para Arcary:

A maioria da classe média brasileira foi beneficiada, na segunda metade do século 20, por três processos que acompanharam a urbanização: (a) a industrialização tardia e acelerada levou à formação de dez grandes regiões metropolitanas, com pelo menos um milhão de habitantes, e a demanda por habitação impulsionou a valorização exponencial dos imóveis urbanos; (b) o atraso cultural e baixíssima escolaridade da maioria do povo, em condições de crescimento econômico, potencializaram uma enorme desigualdade entre os salários do trabalho manual e os salários dos setores médios mais instruídos; (c) o crescimento econômico impulsionou a formação de um mercado interno que, em especial no setor de serviços, foi atendido por pequenas empresas. Resumindo: patrimônio valorizado, escolaridade mais alta e oportunidades de negócios, no marco de um processo de urbanização que, durante meio século, permitiu uma situação de pleno emprego, foram os fatores mais significativos para a formação da classe média brasileira.⁶⁴

No primeiro capítulo, vimos como o “superciclo” das matérias-primas foi fundamental para que o Brasil atravessasse com relativa estabilidade econômica e coesão social os primeiros anos da crise internacional. Vimos também como o crescimento da oferta de crédito a juros altos foi um recurso importantíssimo utilizado pelo Governo para manter aquecido o mercado interno – mesmo à custa do endividamento das famílias e de uma maior inadimplência. A esses dois elementos acrescentamos a elevação do salário mínimo acima da inflação, a redução do desemprego e os programas sociais – principalmente o Bolsa Família – como fatores responsáveis pelo aumento do consumo das famílias.

⁶³ Na literatura, o termo *Welfare state* é usado genericamente para se referir ao sistema de proteção social baseado em princípios keynesianos/beveridgeanos adotado por alguns países europeus no contexto do pós-guerra. O contexto de seu surgimento, bem como a amplitude de sua abrangência, contrastam fortemente com o modelo de seguridade social em voga no Brasil, onde impera a lógica da focalização/seletividade e da desresponsabilização do Estado. Ver mais em BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

⁶⁴ ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 46.

Se, por um lado, a elevação do salário mínimo acima da inflação foi um fator decisivo para a mobilidade social de milhões de brasileiros nos últimos dez anos, por outro se verificou uma queda no piso salarial dos trabalhadores com maior escolaridade.

[...] se a medida da desigualdade considera o universo daqueles que vivem de salário, e se constatamos que o piso salarial do país esteve em constante elevação nos últimos quinze anos, em função da elevação do salário mínimo, da universalização da previdência social e da extensão de programas como o Bolsa Família, mas, mesmo assim, o salário médio se manteve estacionário entre 2002 e 2008, então só é possível concluir que o salário médio das ocupações com escolaridade mais alta (ensino médio completo e superior completo) continuou caindo, ainda quando a recuperação econômica de 2004/2008 beneficiava os salários mais baixos.⁶⁵

Pochmann vai no mesmo sentido ao analisar as transformações produzidas pelo ciclo dinâmico da primeira década do século XXI:

[...] a estrutura de remuneração dos ocupados brasileiros alterou-se significativamente. De 1970 até o ano 2000 havia a trajetória de redução relativa do segmento de remuneração na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal, que passou de 77,1% para 45,8% de todos os postos de trabalho. Na sequência, aumentava o peso relativo das ocupações de maior rendimento, como no caso daquelas com mais de três salários mínimos mensais, que saltou dos 9% de todas as vagas em 1970 para 28,7% no ano 2000. Durante a primeira década de 2000, entretanto, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais faixas de remuneração reduziram sua posição relativa.⁶⁶

Ao contrário do período da industrialização, no atual quadro do capitalismo brasileiro, mais escolaridade não significa necessariamente maior mobilidade social. Entre 1930/1980, a educação foi um importante instrumento para se chegar à “classe média”. Existia uma forte recompensa econômica para quem se dedicasse aos estudos, com salários que excediam em até dez vezes o valor do salário mínimo.⁶⁷ Hoje, cerca de 80% dos indivíduos com nível superior exercem atividades que nada tem a ver com sua formação.⁶⁸ Paralelamente, os investimentos públicos em educação são pífios, e assistimos a uma enorme proliferação do ensino privado (de qualidade bastante questionável). Esses fatores são um desestímulo para aqueles que procuram uma maior escolaridade, e contribuem para a evasão escolar e universitária.

⁶⁵ Ibid., p. 45.

⁶⁶ POCHMANN, Marcio. Nova classe média? São Paulo: Boitempo, 2012, p. 20.

⁶⁷ ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 54.

⁶⁸ Id., p. 56.

Contraditoriamente, persiste no imaginário popular a ideia de que a educação ainda é um poderoso meio de mobilidade social. Essa ideia sobrevive graças à existência de toda uma geração que no passado pôde experimentar um processo de ascensão social por meio da educação. Não por acaso, a reivindicação de mais investimentos públicos em educação assumiu uma grande importância em Junho.

Segundo Pochmann, a década de 2000 apresentou a maior expansão quantitativa de postos de trabalho dos últimos quarenta anos. Esses postos de trabalho, entretanto, concentraram-se em sua maior parte na base da pirâmide social: 95% das vagas criadas tinham remunerações de até 1,5 salário mínimo mensal.⁶⁹ A maioria das vagas foi criada no setor terciário, que entre 1980 e 2008 sofreu forte expansão – mas também houve ampliação nos setores de construção civil e indústria extrativa.⁷⁰ Quanto ao gênero desses trabalhadores, o autor destaca uma maior tendência à contratação feminina, com quase 60% das vagas criadas sendo ocupadas por mulheres⁷¹. Em relação à raça, Pochmann chama a atenção para o fato de que quatro quintos do total de postos de trabalho gerados na primeira década nos anos 2000 foram ocupados por trabalhadores não brancos.⁷² Além disso, verifica-se um “envelhecimento” dos trabalhadores da base da pirâmide social: os ocupados com mais de 35 anos correspondem a 49% do total de trabalhadores de salário de base, enquanto em 1979 correspondiam a 37%.⁷³

Os trabalhadores de salário de base (até 1,5 salário mínimo) respondem por metade do total de ocupados do país, sendo que mais de 75% destes são assalariados. Entre os assalariados, dois terços possuem carteira assinada, demonstrando que uma das características do último ciclo dinâmico foi a formalização das relações trabalhistas.⁷⁴

Outro aspecto referente a esse segmento de trabalhadores diz respeito à sua relação com o movimento sindical.

[...] a presença do sindicato entre os trabalhadores de salário de base permanece contida. Se forem considerados somente os assalariados com carteira assinada, a taxa de sindicalização alcança quase um terço dos trabalhadores, mas, se for tomado como referência o conjunto das ocupações, a taxa de sindicalização não passa dos 13%.⁷⁵

⁶⁹ POCHMANN, Marcio. Nova classe média? São Paulo: Boitempo, 2012, p. 19.

⁷⁰ Id., pp. 16 e 17.

⁷¹ Id., p. 32.

⁷² Id., p. 35.

⁷³ Id., p. 41.

⁷⁴ Ibid., pp. 39.

⁷⁵ Id., p. 44.

A restauração capitalista nos Estados operários burocratizados ⁷⁶, a ofensiva neoliberal da década de 1990 e a cooptação das principais entidades dos trabalhadores a partir da chegada do PT ao Governo Federal são alguns elementos históricos que ajudam a explicar a baixa adesão da “nova classe média” aos sindicatos. Em um contexto de desresponsabilização do Estado e privatização/focalização das políticas sociais, algumas centrais sindicais tentam se aproximar desse segmento provendo serviços assistenciais, selando a despolitização da maioria do movimento sindical brasileiro. De qualquer forma, a ausência do sindicato para esses trabalhadores implica a perda de seu poder de resistência, condições duras de trabalho e a perpetuação dos baixos salários. A “nova classe média” não está organizada sindicalmente, o que aprofunda a crise de representação das entidades tradicionais do movimento de massas no Brasil e cria obstáculos para as lutas desses trabalhadores.

Pesquisa do Ibope, de 20 de junho de 2013 – dia em que centenas de milhares de pessoas saíram às ruas em todo o país –, revela que 86% dos manifestantes das capitais de sete estados brasileiros e de Brasília não eram filiados a nenhum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil; 96% não eram filiados a partidos políticos e 89% não se sentiam representados por nenhum partido. A mesma pesquisa revela que 45% das pessoas tinham renda familiar de até 5 salários mínimos e 43% tinham entre 14 e 29 anos. Dado relevante diz respeito ao grau de escolarização dos manifestantes: a despeito das considerações acerca do sistema educacional do país e do fato de a educação gradualmente estar deixando de cumprir a função de vetor de uma mobilidade social ascendente, 49% dos entrevistados possuíam colegial completo e ensino superior iniciado, enquanto 43% possuíam ensino superior completo. ⁷⁷ Ruy Braga lembra que:

Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção. ⁷⁸

⁷⁶ A definição de Estado operário burocratizado encontra-se em TROTSKY, Leon. *A revolução Traída: O que é e para onde vai a URSS?* Trad. de Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paulo Maffei. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

⁷⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em junho de 2014.

⁷⁸ MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p. 82.

Vemos que esses dados correspondem às características da chamada “nova classe média” brasileira: indivíduos que recebem baixos salários, em sua maioria jovens e com elevado nível de escolaridade. Entretanto, conforme já salientamos, não se trata de uma verdadeira “classe média”, entendida aqui como um setor médio privilegiado da sociedade. Para Pochmann,

O grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares [...] O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média. [...] Em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria analítica de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base.⁷⁹ (grifo do autor)

Arcary compartilha esse ponto de vista ao discorrer sobre a queda do salário médio das ocupações com maior escolaridade. Diz o autor que “Não está surgindo uma pujante nova classe média. O que está ocorrendo é a proletarização da classe média assalariada.”⁸⁰ – embora, como já discutimos, o termo “proletarização” seja equivocado para nos referirmos aos trabalhadores assalariados que não fazem parte da classe operária. Braga, por sua vez, utiliza o termo “precariado” para se referir a esses trabalhadores assalariados. Referindo-se às Jornadas de Junho, diz que

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores subremunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento.⁸¹

O “precariado” é o filho legítimo desse “modelo de desenvolvimento”, que procuramos analisar no capítulo I. O filho legítimo e ingrato que se volta contra o próprio pai. São os trabalhadores terceirizados, temporários, dos *call centers*, as empregadas domésticas (mensalistas e diaristas), os operários da construção civil e da indústria extrativa, em suma, a massa assalariada que emergiu na última década em função de uma situação internacional

⁷⁹ POCHMANN, Marcio. Nova classe média? São Paulo: Boitempo: 2012, pp. 10, 11 e 30.

⁸⁰ ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 59.

⁸¹ MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p. 82.

favorável (superciclo das matérias-primas), da recuperação do salário mínimo, da expansão do crédito, da diminuição do desemprego e do alargamento de alguns programas sociais setoriais e focalizadas. Não se trata de nenhuma “nova classe média”, mesmo se utilizássemos o critério de renda. Também é preciso rejeitar energicamente as tentativas de diluir esse sujeito social na entidade abstrata *O Povo*, que anula as contradições e antagonismos de classe da sociedade burguesa e procura mistificar a realidade estabelecendo um falso consenso entre classes sociais com interesses distintos. Podemos nos referir, como faz José Álvaro Moisés, a um *coletivo socialmente heterogêneo*, “cuja unidade é alcançada não no plano orgânico de seu papel ao nível do sistema de produção, mas, diretamente, no plano da política”⁸² – tendo em vista que dentro do termo “trabalhadores” convivem classes sociais diversas. Esse é o verdadeiro *conteúdo de classe* de Junho.

⁸² MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.p. 26 e 27. O autor utiliza o conceito de “classes populares” para designar esse *coletivo socialmente heterogêneo*, argumentando que a fragmentação do mercado de trabalho nos países de capitalismo dependente produziria “classes subalternas marcadas pela heterogeneidade” (p. 25), diferentemente da via “clássica” de desenvolvimento capitalista.

CAPÍTULO III

PROCESSO POLÍTICO

3.1 Tiros, bombas e vinagre

Apesar de terem assumido uma dimensão multitudinária, mudando completamente o panorama político do país, o início das Jornadas de Junho foi bastante modesto: uma série de (relativamente) pequenas manifestações convocadas pelo MPL, partidos de esquerda e movimentos sociais, cujo objetivo era lutar contra o aumento da tarifa do transporte, anunciada em algumas capitais. A posterior massificação do movimento é tributária de diversos fatores (políticos, sociais, econômicos, ideoculturais), tornando impossível sua análise àqueles que não aceitam o caráter processual do fenômeno. Neste capítulo, contaremos com uma apresentação sumária dos principais acontecimentos e de sua dinâmica.

As primeiras manifestações contra o aumento da tarifa, na realidade, ocorreram antes de 2013. No apagar das luzes de 2011, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, aumentou a tarifa de R\$ 2,50 para R\$ 2,75, desencadeando o primeiro protesto contra o aumento, em janeiro de 2012. O segundo aumento da tarifa no Rio, de R\$ 2,75 para R\$3,00, planejado também para 2012, foi adiado por Paes: o Governo Dilma, com o objetivo de segurar a meta da inflação, pressionou diversas prefeituras para que não aumentassem a tarifa do transporte. As prefeituras seguraram o reajuste para 2013, e o resultado foi um aumento quase simultâneo das passagens em várias cidades – o que desatou protestos.

No Rio Grande do Norte, a “Revolta do Busão” mostrou o caminho. Em agosto de 2012, a prefeitura de Natal aumentou a tarifa de ônibus em vinte centavos. Dois dias depois, cerca de duas mil pessoas marcharam contra o aumento e foram duramente reprimidas pela Polícia Militar. No dia seguinte, ao invés de retornarem para suas casas – expediente aguardado em dias de “normalidade” –, a juventude voltou a ocupar as ruas e a manifestação foi ainda maior. A pressão popular forçou a câmara de vereadores a revogar o aumento. Embora a prefeitura tenha voltado a aumentar o preço da tarifa em maio de 2013, já era tarde: os ventos de Junho já haviam começado a soprar.

Em 2013, as primeiras manifestações tiveram como palco a capital gaúcha. Em fins de abril e princípios de março, a simples menção do aumento da tarifa de ônibus (de R\$ 2,85 para R\$ 3,05) e das “lotações” (de R\$ 4,25 para R\$ 4,50), por parte da prefeitura, mobilizou a juventude de Porto Alegre. Através de uma ação cautelar movida pela bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) da câmara de vereadores, o movimento conquistou a redução

da tarifa, contagiando diversas capitais, que seguiram o exemplo. Em Goiânia, a luta explodiu em maio: a tarifa subiu de R\$ 2,70 para R\$ 3,00, gerando uma mobilização que destruiu e/ou danificou mais de vinte veículos – entre ônibus, carros e viaturas da PM –, com um saldo de vinte e quatro estudantes detidos.

Contudo, foi São Paulo que deu o *tom* das Jornadas de Junho. No início de junho, o prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin reajustaram em vinte centavos (de R\$ 3,00 para R\$ 3,20) as passagens de ônibus, trens urbanos e metrô – apesar da desoneração, por meio de medida provisória do Governo Federal, do PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) aos empresários do transporte. Inspirados pela vitória de Porto Alegre, o MPL, a Assembleia Nacional de Estudantes Livre (ANEL), o coletivo Juntos!, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, além de partidos de esquerda, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), convocaram as primeiras manifestações contra o aumento na capital paulista.

Essas primeiras manifestações no coração econômico do país ocorreram nos dias 6, 7, 11 e 13 de junho. Convocadas principalmente por meio de redes sociais (Facebook e Twitter), contaram com uma “baixa adesão”: poucas milhares de pessoas em cada ato. De início, a mídia corporativa guardava um silêncio profundo sobre os protestos, que aos poucos foi se transformando em uma campanha aberta pela criminalização das lutas – cujo pano de fundo era o “direito de ir e vir da população” e o combate ao “vandalismo”. Contudo, a utilização das redes sociais por parte dos ativistas e a cobertura de coletivos de mídia independente conseguiram, em parte, furar o bloqueio imposto pela grande mídia, ampliando a base de apoio dos atos – embora esse apoio ainda fosse bastante minoritário.

Às vésperas da abertura da Copa das Confederações da FIFA – torneio que serviria como teste para a realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil –, os governos não podiam tolerar que um pequeno grupo de estudantes e militantes de esquerda roubasse a cena. A orientação de Alckmin, sob os auspícios de Haddad e Dilma, foi pôr um basta na “baderna”, acionando para isso o batalhão de choque da PM. Na noite de 13 de junho, dois dias antes do início da Copa das Confederações da FIFA, a repressão à manifestação contra o aumento da tarifa atingiu, com a mesma brutalidade, manifestantes, repórteres que cobriam o ato e até transeuntes que nada tinham a ver com o protesto. As imagens captadas pelos smartphones rapidamente foram postadas e compartilhadas por centenas de milhares de pessoas nas redes sociais: policiais do choque atacando com bombas e balas de borracha um grupo de

manifestantes que gritava “sem violência!”; um policial quebrando sorrateiramente a janela de uma viatura da PM, com a nítida intenção de culpar os manifestantes depois; rostos deformados de repórteres atingidos por projéteis disparados pela polícia. Uma verdadeira coleção de atrocidades.

O bloqueio da grande mídia desmoronou. Os governos ficaram acuados. Entre a noite do dia 13 e a manhã do dia 14 de junho, operou-se um salto de consciência nos trabalhadores, na juventude e em parcelas expressivas da “classe média”. Abrindo caminho entre as nuvens de gás lacrimogêneo e se esquivando das balas de borracha da PM, a juventude paulistana inaugurou uma nova situação na luta de classes do país. Um novo ato foi chamado em São Paulo para dia 17 de junho, mas o movimento já havia se nacionalizado: manifestações em solidariedade à luta de São Paulo foram convocadas em dezenas de cidades. Nas cidades em que já se desenvolviam lutas contra o aumento da tarifa (Rio de Janeiro, Maceió e outras), o movimento se fortaleceu.

Fato curioso: o vinagre de cozinha, utilizado pelos manifestantes para se proteger dos efeitos das bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela PM, se transformou em símbolo dos protestos⁸³. Imagens de dezenas de manifestantes sendo detidos em São Paulo pelo fato de portarem vinagre – uma substância legalizada no Brasil – tiveram grande repercussão na internet, causando ainda mais revolta. Em Brasília, o ato do dia 17 de junho, que reuniu mais de dez mil pessoas na Esplanada dos Ministérios e resultou na ocupação da rampa e do teto do Congresso Nacional, foi convocado pelo Facebook com o sugestivo nome de “Marcha do Vinagre”.

3.2 Uma nova correlação de forças

Depois de 13 de junho, as manifestações ganharam uma nova dimensão. À luta contra o aumento da tarifa se somaram diversas outras reivindicações: melhorias no transporte público; contra o projeto da “Cura Gay”⁸⁴; mais investimentos em saúde e educação; por uma reforma política; contra os gastos da Copa do Mundo; combate à corrupção; luta contra as remoções forçadas de comunidades; contra a violência policial; contra a PEC 37 (para o

⁸³ Embora o vinagre não tenha nenhuma propriedade química capaz de anular os efeitos do gás lacrimogêneo, ver a respeito: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/06/vinagre-nao-reduz-efeitos-de-gas-lacrimogeneo-e-pode-irritar-pele.html>. Acesso em junho de 2014.

⁸⁴ Projeto apresentado pelo deputado João Campos (PSDB-GO) à Câmara dos Deputados, que pretendia suprimir uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe psicólogos de realizarem terapias para “mudar” a orientação sexual de pacientes.

deleite de Arnaldo Jabor e consortes) etc. A adesão aos protestos também aumentou de forma espetacular: no dia 17 de junho, mais de 250 mil pessoas participaram das manifestações em todo o país.⁸⁵ No dia 20 de junho, seguramente mais de 1 milhão foi aos protestos.⁸⁶

Esse salto de qualidade foi o resultado necessário de um acúmulo de contradições que já faziam parte da experiência cotidiana das massas. O despertar súbito de milhões de indivíduos para a vida política do país pode parecer uma curiosa contingência histórica, mas sua real explicação repousa no amadurecimento de conflitos preexistentes que se desenvolveram ao longo dos anos: a insatisfação para com um regime democrático-burguês que fracassou miseravelmente em sua tentativa de ser a expressão institucional dos interesses populares; o aumento da inflação sobre os alimentos, o que corrói os salários dos trabalhadores; a precariedade de serviços públicos essenciais à reprodução física de milhões de pessoas; o cinismo de uma mídia oficial que não dá vasão às expectativas e anseios das mais diversas frações da sociedade; o cretinismo de uma “classe política” que despreza as mais elementares necessidades das maiorias, etc. Assim como uma mola libera a pressão acumulada por meio de um salto, as massas irromperam abruptamente no cenário político nacional após anos de opressão e exploração, encontrando na luta contra o aumento das passagens o espaço adequado para expressarem sua revolta:

Os governos e a mídia recuaram, assumindo uma nova postura. As linhas editoriais rapidamente substituíram as palavras “vandalismo” e “baderneiros” por “protestos legítimos” e “*O Povo*”. Taticamente, porém, as classes dominantes começaram a introduzir uma dicotomia entre “manifestantes pacíficos” e uma “minoria de vândalos”. As ações isoladas de um conjunto de ativistas – mas também de policiais infiltrados e de um punhado de organizações políticas sectárias – contribuíram para dar corpo a esse debate. Um setor de vanguarda, politicamente inexperiente, diante da necessidade legítima de organizar a autodefesa dos protestos frente à selvageria da polícia, importou da Alemanha a “tática” Black Bloc, baseada na “propaganda pela ação” contra símbolos do capitalismo.⁸⁷ Os

⁸⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/onda-de-protestos-cresce-e-leva-mais-de-220-mil-brasileiros-as-ruas-de-norte-a-sul-do-pais.htm>. Acesso em junho de 2014.

⁸⁶ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acesso em junho de 2014.

⁸⁷ O Black Bloc remonta à autodefesa das ocupações urbanas na Alemanha da década de 1980. Em 1999 ganhou notoriedade com a “batalha de Seattle”, durante a cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC). Seus adeptos costumam referir-se ao Black Bloc como uma “tática”, embora essa definição carregue um equívoco conceitual: em linguagem política, o termo *tático* (micro) refere-se às ações concretas subordinadas a um objetivo *estratégico* (macro). A “propaganda pela ação” contra símbolos do capitalismo do Black Bloc, entretanto, ao ser aplicada independentemente das condições objetivas e subjetivas da luta, converte-se praticamente em um *princípio* para seus partidários.

governos, assim, puderam reatualizar o discurso que incita a violência policial contra manifestantes.

Apesar disso, o Estado sofreu um enorme desgaste. Cientes de seu erro, as classes dominantes se realocalizaram politicamente. O eixo das instituições a serviço da burguesia brasileira passou a ser a disputa das manifestações – tendo em vista, obviamente, a desmobilização das massas. Sua estratégia era a de transformar a luta por melhorias nos serviços públicos em um “combate” à corrupção em abstrato, tratando esta como um problema de cunho essencialmente moral. A luta contra a PEC 37 teve grande repercussão, apoiada pela mídia. A direita organizada também saiu às ruas, apesar de suas palavras de ordem – por exemplo, a redução da maioria penal – não terem surtido grande audiência.

Durante as Jornadas de Junho o regime democrático-burguês no Brasil entrou em uma profunda crise. Ao longo de uma semana (a partir de 17 de junho), as instituições do regime ficaram praticamente paralisadas, sem conseguir articular uma resposta política de conjunto ao movimento. A estrondosa queda na popularidade da presidenta Dilma após os protestos revela a profundidade da crise: nas primeiras semanas de junho, 57% dos brasileiros consideravam o Governo Dilma bom ou ótimo; ao final do mês, apenas 30% concordava com essa afirmação, uma queda de 27 pontos.⁸⁸

Em 24 de junho, após uma semana de intensos protestos, o Governo Dilma finalmente acenou sua proposta, que batizou de “cinco pactos para mudar o país”.⁸⁹ De fundo, os “pactos” não representaram nenhuma grande mudança; parte deles já vinha sendo efetivada ou estava nos planos do Governo: “responsabilidade fiscal” para “combater” a inflação e pagar os juros da dívida pública; importação de médicos do exterior para suprir a carência de profissionais brasileiros; desoneração fiscal para montadoras e empresários do transporte; destinação dos *royalties* decorrentes da partilha do petróleo brasileiro entre a Petrobras e as multinacionais petrolíferas para a educação. A novidade foi o anúncio da realização de um plebiscito para instaurar uma Assembleia Constituinte exclusiva que definiria uma reforma política no Brasil – proposta que naufragou rapidamente, em função de divergências dentro do próprio Governo.

Uma das consequências da crise de regime foi a emergência massiva do apartidarismo nos protestos. O apartidarismo não é um fenômeno novo no Brasil, país que se

⁸⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em junho de 2014.

⁸⁹ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/infograficos/pactos-dilma/>. Acesso em junho de 2014.

habitua a escândalos de corrupção como parte constitutiva de sua vida política e institucional. Mesmo dentro dos movimentos sociais, o próprio MPL já propagava ideias apartidárias desde sua fundação, em 2005, bradando sempre contra o “aparelhamento” e o “burocratismo” dos partidos políticos que participavam das lutas pelo passe livre. A completa adaptação do Partido dos Trabalhadores (PT) à institucionalidade democrático-burguesa, traíndo as esperanças de toda uma geração que apostou nesse partido como um efetivo instrumento de transformação societária, também jogou água no moinho do imaginário popular segundo o qual “todos os partidos são iguais”. À eleição de Lula em aliança com o empresariado, em 2002, seguiu-se o escândalo do “mensalão”⁹⁰, em 2005, soldando na subjetividade de milhões de trabalhadores a ideia de que, em matéria de corrupção, não há diferenças significativas entre esquerda e direita.

Vale destacar que o “precariado” de Junho, por sua faixa etária, não tomou contato com a reorganização político-sindical dos anos 1980, com o movimento das Diretas Já! ou com o Fora Collor. Os jovens e trabalhadores que participaram dos protestos cresceram sob os governos “democrático-populares” do PT, com este partido já afastado das ruas e preso aos gabinetes. Sua experiência dentro de organizações político-partidárias é, portanto, nula.

Assim, quando irrompeu a mobilização de massas, os trabalhadores e jovens identificaram os partidos políticos como seus inimigos, operando uma ultrageneralização que associou todas as organizações partidárias à defesa do *status quo* (regime democrático-burguês). Mesmo os partidos do campo socialista que participaram das manifestações desde seu início – PSTU, PSOL e PCB – sofreram as consequências dessa ultrageneralização. O apartidarismo transformou-se em *antipartidarismo* quando grupos de inspiração fascista, apoiados no sentimento apartidário de massas, atacaram ferozmente as colunas de partidos de esquerda e sindicatos de trabalhadores, deixando vários feridos. O sentimento apartidário também produziu dois fenômenos diametralmente opostos: a reatualização do discurso fascista que prega a extinção dos partidos e o culto ao *espontaneísmo* do movimento de massas praticado por alguns segmentos da esquerda – incluindo alguns partidos políticos!

Embora o apartidarismo das Jornadas de Junho contenha um elemento extremamente progressivo – a negação das direções burocráticas que impõem amarras às mobilizações –, o reverso da medalha é a dificuldade de surgimento de uma direção que aponte a construção de uma plataforma política de caráter estratégico, para além das efêmeras manifestações de rua.

⁹⁰ Nome dado pela mídia ao escândalo de compra de votos no Congresso Nacional, que teve como envolvidos alguns quadros do Governo Lula.

A ausência de uma direção política ficou expressa quando, após a revogação do aumento das tarifas, o movimento perdeu seu objetivo estratégico. Em Junho, o velho foi negado mais rápido do que o novo foi construído.

Alguns setores da esquerda, diante do apartidarismo, da presença de grupos fascistas, da caracterização das manifestações como sendo de “classe média” e da tentativa da mídia de dirigir o processo, a princípio caracterizaram as Jornadas de Junho como um movimento “reacionário”. Outros, mais afoitos, chegaram ao cúmulo de agitar o espantinho de “golpe da direita” – o velho jargão governista já utilizado no escândalo do “mensalão”. Não puderam compreender que Junho foi um processo aberto, sem uma direção política definida, onde as diversas correntes que compõem o espectro político nacional – da extrema esquerda à extrema direita – se lançaram numa luta encarniçada para encabeça-lo – sem que nenhuma obtivesse efetivo sucesso. É claro que elementos do senso comum marcaram presença nas manifestações: afinal, é natural que as massas, após um longo período de inércia, carreguem consigo posições conservadoras nos primeiros momentos da luta.⁹¹ Mas o fato é que as Jornadas de Junho, de conjunto e com todas as suas contradições – pois a contradição é um elemento ineliminável da realidade – representaram um movimento extremamente progressivo, levantando reivindicações que há tempos já faziam parte das insígnias de partidos de esquerda e movimentos sociais: mais investimentos em políticas públicas; democratização da mídia; reformulação do sistema de participação democrática; questionamento à realização dos megaeventos no Brasil etc.

A vanguarda de Junho, apesar de toda a sua inexperiência⁹², também soube encarar a tarefa de dar organicidade à luta. A Assembleia Popular Horizontal, em Belo Horizonte; o Bloco de Lutas, em Porto Alegre; O Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, no Rio de Janeiro; a Assembleia dos Povos, em Brasília, são exemplos de como os destacamentos de vanguarda procuraram se organizar durante o processo. Alguns desses organismos surgiram antes de Junho; outros foram criados no calor dos acontecimentos. Sua existência e o fato de terem possuído referência de massas apontou para o surgimento de uma situação de duplo poder: a coexistência de um regime em crise e de organismos de frente

⁹¹ “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.” MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Trad: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

⁹² A já citada pesquisa do Ibope revela que 46% dos manifestantes nunca haviam participado de manifestações antes de Junho.

única que assumem funções estatais⁹³ (organização dos transportes, da segurança pública, distribuição de alimentos etc.). O refluxo posterior das mobilizações, entretanto, não permitiu se desenvolvesse uma situação de duplo poder *de fato*. As Jornadas de Junho abriram uma crise no regime democrático-burguês, mas não superaram a legalidade burguesa e suas correspondentes ilusões democráticas – e essa *ruptura incompleta* ficou patente na palavra de ordem “reforma política”.

As entidades tradicionais do movimento de massas no Brasil – Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a maioria dos sindicatos – por seu turno, pagaram um alto preço por seu atrelamento aos gabinetes. Imobilizadas pelos laços institucionais estabelecidos desde a primeira eleição de Lula, perderam a oportunidade de cumprir um papel de polo aglutinador e dirigente das manifestações – daí a referência do movimento nos organismos de frente única citados acima. Jogadas contra a parede pela mobilização de milhões de trabalhadores e jovens, essas entidades tiveram de fazer uma escolha difícil: manter seu silêncio frente às mobilizações, sob pena de serem atropeladas por suas bases, ou intervir nas lutas e assumir o risco de desgastar o Governo. Entidades minoritárias, frutos de rupturas da CUT e da UNE, como a ANEL, a Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas), passaram a pressionar as centrais sindicais governistas para a realização de uma greve geral no Brasil. As centrais optaram então por convocar, em 11 de julho, um dia nacional de lutas, incorporando diversas bandeiras históricas dos trabalhadores brasileiros, como a redução da jornada de trabalho e a reforma agrária. O conteúdo desse dia de mobilização foi de oposição clara à política econômica de Dilma, apesar das tentativas das centrais governistas de blindarem o Governo.

À medida que junho chegava ao fim, as manifestações perdiam sua capacidade de arregimentação. Alguns fatores contribuíram para o refluxo. Em primeiro lugar, as vitórias que o movimento conquistou. No dia 19 de junho, Haddad e Alckmin anunciaram a revogação do aumento da tarifa em São Paulo. Ao todo, as Jornadas de Junho alcançaram a redução da tarifa em mais de cem cidades brasileiras⁹⁴ – apesar de essa redução ter se dado através de desonerações de empresas e cortes orçamentários, e não por meio de impostos

⁹³ Exemplos de organismos de duplo poder foram os *soviets*, durante as revoluções russas de 1905 e 1917, e os cordões industriais, durante o governo de Salvador Allende, no Chile. O surgimento de organismos de duplo poder é uma das características da eclosão de situações políticas pré-revolucionárias e revolucionárias.

⁹⁴ A lista das cidades está disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>. Acesso em junho de 2014.

progressivos, como defendia o movimento⁹⁵. As Jornadas de Junho também sepultaram a PEC 37 e o projeto de “Cura Gay”, além de terem forçado o Senado a aprovar o projeto que visa transformar a corrupção em crime hediondo.

O fim da Copa das Confederações da FIFA, que unificava o movimento em torno à pauta dos gastos com megaeventos, também foi um vetor de esvaziamento das manifestações. O Brasil derrotou a Espanha por 3-0 ao final de um torneio que não teve grande apelo popular. A Copa das Confederações da FIFA foi ofuscada no país do futebol por um “precariado” que seguramente não tinha como pagar os ingressos para assistir aos jogos em estádios nababescos. Apesar do esvaziamento, os comitês populares da Copa, organismos criados para discutir os impactos econômicos e sociais da realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil, seguiram realizando suas atividades, e outras manifestações foram convocadas contra as injustiças do Mundial – sem, contudo, obterem grande adesão.

A repressão policial, que se intensificou após um primeiro esvaziamento dos protestos, também afastou grande contingente de manifestantes. Os atos isolados dos Black Blocs, completamente apartados do movimento de massas, contribuíram para um refluxo ainda maior. Para um movimento composto em sua grande maioria por jovens, sem experiência anterior com movimentos sociais e que apenas ensaiavam seus primeiros passos na vida política, a linha divisória entre a violência da PM e a “propaganda pela ação” de grupos anarquistas se apresentou bastante tênue.

3.3 A crise das cidades

Após o mês de junho, as manifestações diminuíram em tamanho e em capacidade de arregimentação. Todavia, não desapareceram por completo. Várias demandas levantadas pelos protestos permanecem sem solução, e as profundas contradições do país seguem incólumes. A política econômica do Governo Federal é a mesma, assim como o descrédito do regime democrático-burguês. Em suma, todos os elementos que levaram à explosão de Junho permanecem colocados na realidade. Dentre eles, destaca-se a questão urbana. Como verificamos no capítulo II, a mobilidade ascendente de setores que se encontram na base da pirâmide social é um fato inegável, mas que apresenta limites. Como nos lembra Ermínia Maricato,

⁹⁵ Ver, a respeito, nota do MPL publicada na Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/117368-rumo-a-tarifa-zero.shtml>. Acesso em junho de 2014.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma com se realizam fazem a diferença.⁹⁶

As cidades, vicejadas pelo desenvolvimento econômico, voltam-se para esse mesmo desenvolvimento criando as condições gerais da acumulação capitalista. A realização da mais-valia embutida nas mercadorias depende, no espaço urbano, tanto do *consumo individual* (produtos que circulam no mercado de forma fragmentada) quanto do *consumo coletivo* (serviços e equipamentos necessários ao consumo individual e à reprodução da força de trabalho, como o transporte, a saúde, a moradia etc.). Mas aqui existe uma “contradição estrutural”:

[...] os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, com vistas à obtenção do lucro. Daí nasce a crise urbana como crise de serviços coletivos necessários à vida das cidades. Da impossibilidade do sistema em produzir aqueles serviços cuja necessidade ele suscitou. Ao menos que sejam criadas de fora do processo de circulação do capital, as condições necessárias para um investimento rentável. Ou a menos que se transforme a lógica de produção e gestão desses bens coletivos, não utilizando como critério a obtenção de um lucro privado.⁹⁷ (grifos do autor)

Para Castells, o Estado é a esfera por excelência onde se organiza o consumo coletivo nos grandes centros urbanos – embora a afirmação de que esse consumo possa ser criado “fora do processo de circulação do capital” seja bastante questionável. Esse fato é responsável pela politização das reivindicações dirigidas ao Estado, já que

[..] a intervenção do Estado no setor urbano, em vez de superar a crise habitacional e de equipamentos criada pela contradição inerente à urbanização capitalista, politiza e globaliza os conflitos urbanos, ao articular diretamente as condições materiais de organização da vida cotidiana e do conteúdo de classe das políticas do Estado.⁹⁸

As demandas de Junho se dirigiram quase que exclusivamente ao Estado. Mas a intenção do movimento nunca foi a de questionar o papel do Estado como organizador do consumo coletivo, ou a de reivindicar uma maior participação da iniciativa privada na gestão desse consumo. O grande movimento de Junho voltou-se contra o *Estado burguês* num

⁹⁶ MARICATO Ermínia {et al.}. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013, p. 20.

⁹⁷ CASTELLS, Manuel. Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos e Madri. Trad: Gloria Rodriguez, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 23.

⁹⁸ Ibid., p. 24.

questionamento radicalizado quanto à *qualidade* e *eficiência* dos serviços e equipamentos públicos necessários à reprodução das massas trabalhadoras. O terrível contraste entre as faraônicas obras dos megaeventos esportivos e o sucateamento de hospitais, escolas, vias e demais serviços e equipamentos de consumo coletivo, assim como infinitas outras injustiças e contradições acumuladas por um desenvolvimento capitalista “hiper-tardio”, formou na consciência do “precariado” um sentimento de indignação que eclodiu diante das cenas de barbárie policial em São Paulo, no dia 13 de junho de 2013. É a questão urbana uma das razões para os grandes acontecimentos de Junho.

A formação da consciência é determinada *em última instância* pelo processo de produção e reprodução das relações sociais, que tem como pressuposto um conjunto de condições materiais objetivas. O nível de consciência do “precariado” durante as Jornadas de Junho, incluindo sua auto representação e significado atribuído ao processo, esteve sempre condicionado pelo caráter e amplitude das manifestações. As Jornadas de Junho contradizem o modelo de acumulação capitalista e a estrutura social do Brasil, pois *objetivamente* o pleno atendimento de suas demandas exigiria uma transformação estrutural de largo alcance (rigorosamente, um processo revolucionário). Só o proletariado, a classe revolucionária por excelência, poderia realizar essa tarefa – e o proletariado foi partícipe da luta, embora desorganizado e diluído no “precariado”. O “precariado” teve sua experiência política limitada pelo refluxo que se verificou nos meses pós-Junho, o que estancou a formação de uma consciência de *classe para si*. Todavia, é possível que no próximo período observemos novos ascensos, que produzirão novos deslocamentos de consciência no “precariado”. Então ele identificará as Jornadas de Junho de 2013 como seu “ensaio geral”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Jornadas de Junho se extinguíram há um ano, mas ainda desempenham grande influência no tempo presente. Defendemos a ideia segundo a qual Junho abriu uma nova *situação política*, entendida aqui como uma nova correlação de forças entre as classes sociais. Essa nova correlação de forças tem um caráter duradouro, se sobrepondo às mudanças de conjuntura, bem mais efêmeras.

O critério decisivo para avaliarmos se existe ou não uma nova situação política é qualitativo, não quantitativo. O que desencadeou o processo de Junho foi uma mudança qualitativa na subjetividade de milhões – algo que antecedeu as manifestações multitudinárias. Argumentamos que podem ocorrer mudanças conjunturais (de ascenso e de refluxo) *dentro* de uma mesma situação política. As conquistas do movimento de Junho permanecem pujantes no imaginário coletivo, e só uma grande derrota pode convencer amplos setores da população de que não vale mais a pena lutar.

As classes dominantes não conseguem governar como antes. É verdade que os governos seguem reprimindo os movimentos sociais e a luta dos trabalhadores, mas o aparato repressivo do Estado também sofreu fissuras: o movimento pela desmilitarização da Polícia Militar conseguiu entrar nos quartéis. Os assassinatos de Amarildo, Cláudia e DG⁹⁹ impulsionaram a luta pela desmilitarização e formaram uma massa crítica que questiona o modelo de segurança pública adotada no Brasil.

A mídia tornou-se mais cautelosa. A trágica morte do cinegrafista Santiago Andrade, fruto da ação irresponsável de dois ativistas durante um ato contra o aumento das passagens no Rio, foi utilizada à exaustão para coibir as manifestações. Sem sucesso. A credibilidade das principais emissoras de TV permanece baixa entre a população.

Os *rolezinhos* do “precariado” paulistano, embalados pelo funk ostentação que exalta um padrão de consumo cujos apreciadores jamais terão acesso, se transformou em movimento político. Corpos negros ocupando *shoppings* luxuosos receberam bordoadas de modernos capitães do mato, e dezenas de atos foram convocados em repúdio ao racismo que as classes dominantes fingem não existir, por estarem presas ao mito da “democracia racial”.

⁹⁹ Trata-se dos casos de homicídio dos trabalhadores Amarildo de Souza, Cláudia Ferreira e Douglas Rafael Ferreira, moradores de comunidades, que ganharam grande repercussão por levantarem suspeitas da participação de policiais militares no estado do Rio de Janeiro.

O Brasil também é o país do carnaval, e foi durante essa data que os garis do Rio de Janeiro, atropelando a direção de seu próprio sindicato, realizaram uma greve histórica, arrancando um reajuste de 40% de uma prefeitura completamente desmoralizada. Operários da construção civil, metalúrgicos, professores, policiais, rodoviários, metroviários... A lista de trabalhadores que a partir de suas greves dobraram governos e patrões em 2014 é enorme. Quando o sindicato é um entrave, organiza-se a luta por fora do sindicato. A inflação continua corroendo os salários, empurrando os trabalhadores para as greves.

Essas são algumas das novidades trazidas por Junho. O deslocamento de consciência do “precariado” continua produzindo efeitos. É impossível saber o que nos aguarda: a burguesia será capaz de estabilizar o país? Uma dessas pequenas lutas, que estouram quase diariamente, poderá ser a fagulha que detonará uma nova explosão? O esgotamento do ciclo dinâmico da economia projeta instabilidade política, mas o Brasil não é um país à parte do sistema internacional de Estados. Turquia, Grécia, Portugal, Espanha, Egito, Síria, Chile: a luta de classes não conhece fronteiras, e as batalhas decisivas sempre são travadas na arena internacional. As condições de vida se deterioram constantemente, e a capacidade de resistência das massas choca-se com a traição da maioria de seus dirigentes. Mas quem será capaz de prever os desdobramentos futuros da crise do capital sobre a consciência dos trabalhadores do mundo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista do Governo Lula em defesa da Revolução Brasileira.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

BEHRING, E. Rossetti e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos e Madri.** Trad. de Gloria Rodriguez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social.** Santo André: Edições Ad Hominem, 2000.

ENGELS, F. & MARX, K. **Manifesto Comunista.** Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

FONTES, V. Prefácio. In: CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

FURTADO, C. **Formación económica del Brasil.** Brasília: FUNAG, 2010.

GODEIRO, N. Crise econômica se aproxima do Brasil. *Correio Internacional*: terceira época, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 8-11, julho de 2013.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** Trad. de Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2012.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume I**. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Volume II**. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOISÉS, J. Á. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORENO, N. **Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa in América**. In: NOVACK, G. **Para comprender la Historia**. Colômbia: Editorial Pluma, 1977.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** São Paulo, Boitempo, 2012.

TROTSKY, Leon. **A revolução Traída: O que é e para onde vai a URSS?** Trad. de Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paulo Maffei. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

LISTA DE SITES CONSULTADOS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Dividômetro.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/#>> Acesso em junho de 2014.

CALEIRO, João Pedro. **Crédito pula de 24,7% para 55,2% do PIB em 10 anos.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/credito-pula-de-24-7-para-55-2-do-pib-em-10-anos>>. Acesso em junho de 2014.

CBN. **Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos.** Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>>. Acesso em junho de 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em junho de 2014.

G1. **BIS alerta para descompasso entre crédito e PIB no Brasil.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/bis-alerta-para-descompasso-entre-credito-e-pib-no-brasil-1.html>>. Acesso em junho de 2014.

___. **Veja em que cidades houve redução da tarifa do transporte.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>>. Acesso em junho de 2014.

___. **Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em junho de 2014.

___. **Vinagre não reduz efeitos de gás lacrimogêneo e pode irritar a pele.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/06/vinagre-nao-reduz-efeitos-de-gas-lacrimogeneo-e-pode-irritar-pele.html>>. Acesso em junho de 2014.

GUIMARÃES, D.; KUNSCH, G.; MANDETTA, L.; TOLEDO, M. **Rumo à tarifa zero.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/117368-rumo-a-tarifa-zero.shtml>>. Acesso em junho de 2014.

JORNAL DA GLOBO. **Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus.** Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>. Acesso em junho de 2014.

JUSTO, Marcelo. **Queda da commodities sugere fim de crescimento na América Latina.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb.shtml> Acesso em junho de 2014.

MARCHESINI, Lucas & RESENDE, Thiago. **Balança comercial tem pior resultado para outubro desde 2000.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3325178/balanca-comercial-tem-pior-resultado-para-outubro-desde-2000>>. Acesso em junho de 2014.

MARTELLO, Alexandre. **Balança comercial registra em 2013 pior resultado em doze anos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/balanca-comercial-registra-em-2013-pior-resultado-em-doze-anos.html>>. Acesso em junho de 2014.

NACAWAGA, Fernando. **UE reduz previsão de crescimento do Brasil em 2013.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,ue-reduz-previsao-de-crescimento-do-brasil-em-2013-de-3-para-22,169322,0.htm>>. Acesso em junho de 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. **PIB do país fecha 2012 com crescimento de 0,9%, o menor em 3 anos.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,pib-do-pais-fecha-2012-com-crescimento-de-09-o-menor-em-3-anos,145637,0.htm>>. Acesso em junho de 2014.

_____. **PIB cresce 2,3% em 2013 puxado por agropecuária.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-cresce-2-3-em-2013-puxado-por-agropecuaria-e-investimentos,178695e>>. Acesso em junho de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Ranking IDH Global 2012**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>>. Acesso em junho 2014.

QUADROS, Vasconcelos. **Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-24/brasil-consome-14-agrotoxicos-proibidos-no-mundo.html>>. Acesso em junho de 2014.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. **FMI reduz crescimento potencial do Brasil para 3,5%**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,fmi-reduz-crescimento-potencial-do-brasil-para-35,168296,0.htm>>. Acesso em junho de 2014.

_____. **PIB do Brasil tem previsão novamente cortada pela OCDE**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,pib-do-brasil-tem-previsao-novamente-cortada-pela-ocde,168168,0.htm>> Acesso em junho de 2014.

TERRA. **Os pactos de Dilma: o que foi feito 1 ano depois**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/infograficos/pactos-dilma/>>. Acesso em junho de 2014.

UOL. **Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em junho de 2014.

_____. **Onda de protestos cresce e leva mais de 220 mil brasileiros às ruas de norte a sul do país**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/onda-de-protestos-cresce-e-leva-mais-de-220-mil-brasileiros-as-ruas-de-norte-a-sul-do-pais.htm>>. Acesso em junho de 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Endividamento das famílias cresce para 45,1% em julho, indica BC**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3286252/endividamento-das-familias-cresce-para-451-em-julho-indica-bc>>. Acesso em junho de 2014.

VOZ DO APOSENTADO. Custo de desoneração da folha de pagamentos dobra em 2014.

Disponível em: <<http://www.vozdoaposentado.org.br/custo-de-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-dobra-em-2014/>>. Acesso em junho de 2014.